

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.481.867 - DF (2019/0096948-0)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
AGRAVANTE : UNIÃO
AGRAVADO : ANFIP ASSOCIACAO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
ADVOGADA : ANA PAULA DA SILVA RODRIGUES - DF021368
ADVOGADA : ALINE CRISTINA FRANCO E OLIVEIRA E OUTRO(S) - DF023794

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto pela União contra decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região que não admitiu o recurso especial com amparo na consonância do julgado com a jurisprudência do STJ e nos óbices das Súmulas 7 e 211 do STJ.

A agravante afirma sua ilegitimidade passiva na ação, apontando infringência aos arts. 8º da Lei n. 11.457/2007; 17 e 779, I, do CPC/2015; e 568, I, do CPC/1973. Sustenta que não houve transferência do passivo trabalhista dos servidores do INSS para a União, mas apenas remanejamento de um quadro para o outro.

Sustenta, também, a ilegitimidade dos exequentes. Aduz que o art. 741, II, parágrafo único, do CPC/1973 autoriza o reconhecimento da inexigibilidade de título fundado em sentença transitada em julgado em confronto com decisão do STF. Acrescenta que "[...] o título executivo foi obtido mediante sentença que divergiu frontalmente do entendimento adotado pelo STF acerca da necessidade autorização dos filiados à ANFIP para o ajuizamento da ação coletiva de conhecimento, se pretendessem dela ser beneficiários no futuro" (e-STJ, fl. 494). Cita, no ponto, o julgamento proferido pelo STF no RE 573.232 (DJe 19/9/2014).

Refere contrariedade ao art. 2º-A da Lei n. 9.494/1997. Argumenta que o título judicial, porque produzido em ação processada na Seção Judiciária do Distrito Federal, beneficia apenas os servidores com domicílio nessa localidade. Assim, impossível sua execução. Indica o julgamento proferido no REsp 1.307.178/CE (DJe 8/2/2013).

Expõe infringência ao art. 20, § 3º, do CPC/1973. Entende que os honorários advocatícios devem ser fixados entre 10% e 20% do valor decotado da execução. Esclarece que não pretende a revisão do valor fixado.

Contraminuta às e-STJ, fls. 513/519.

É o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

O Tribunal de origem estabeleceu, com respeito ao art. 2º-A da Lei n. 9.494/1997, não haver limitação territorial na ação coletiva proposta contra a União no Distrito Federal segundo a jurisprudência do STJ. Citou, no ponto, os julgamentos proferidos no AgRg no REsp 1.420.636/DF (DJe 27/8/2015) e no

Superior Tribunal de Justiça

REsp 1.657.506/RS (DJe 20/6/2017).

Disse também que, conforme o entendimento desta Corte Superior, a União é parte legítima passiva na execução. Apontou como precedente o REsp 1.667.019/PR (DJe 20/6/2017).

Quanto à ilegitimidade ativa dos exequentes, deu aplicação ao teor da Súmula 211/STJ.

Por fim, com respeito aos honorários advocatícios, fez incidir o óbice da Súmula 7/STJ.

A agravante, contudo, não procurou demonstrar o prequestionamento da tese pertinente à legitimidade ativa dos agravados, deixando inatacado o argumento de inadmissão fundado no verbete súmula de n. 211 do Superior Tribunal de Justiça.

Ademais, com respeito aos temas da legitimidade passiva e da alegada limitação territorial, incumbia-lhe apontar precedentes deste Tribunal contemporâneos ou supervenientes aos mencionados na decisão agravada, procedendo ao cotejo analítico entre eles, de forma a demonstrar que outra é a orientação jurisprudencial nesta Corte Superior. Mas tal não ocorreu na espécie.

A respeito disso, observem-se:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. DECISÃO AGRAVADA. IMPUGNAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. SÚMULA 182/STJ. INCIDÊNCIA.

1. O agravante não infirma especificamente os fundamentos da decisão impugnada, impondo-se a incidência do enunciado da Súmula 182 do STJ.

2. Inadmitido o recurso especial com base na Súmula 83 do STJ, incumbiria à parte interessada apontar precedentes contemporâneos ou supervenientes aos referidos na decisão impugnada, procedendo ao cotejo analítico entre eles. Precedentes.

3. Agravo regimental não conhecido.

(AgRg no REsp 1.348.491/PR, de minha relatoria, SEGUNDA TURMA, DJe 9/3/2016)

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. ENQUADRAMENTO. LICENÇA-PRÊMIO NÃO GOZADA. CÔMPUTO COMO TEMPO EFETIVO DE EXERCÍCIO. LEI 11.091/05. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. SÚMULA 83 DO STJ. FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA NÃO ATACADO. SÚMULA 182 DO STJ. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA.

1. A orientação do STJ é de que, se a licença-prêmio não gozada foi computada como tempo efetivo de serviço, para fins de aposentadoria, conforme autorização legal, não pode ser desconsiderada para fins do enquadramento previsto na Lei 11.091/05.

2. É inviável o agravo que deixa de atacar os fundamentos da decisão agravada. Incide a Súmula 182 do STJ.

3. Fundamentada a decisão agravada no sentido de que o acórdão recorrido está em sintonia com o atual entendimento do STJ, deveria a recorrente

demonstrar que outra é a positivação do direito na jurisprudência do STJ.

4. A tese jurídica debatida no Recurso Especial deve ter sido objeto de discussão no acórdão atacado. Inexistindo esta circunstância, desmerece ser conhecida por ausência de prequestionamento. Súmula 282 do STF.

5. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no REsp 1.374.369/RS, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/6/2013, DJe 26/6/2013)

É necessária, no agravo, a impugnação de todos os fundamentos da decisão denegatória de admissibilidade do recurso especial, sob pena de permanecerem incólumes os que não foram objeto de contestação.

No ponto, cito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. RESOLUÇÃO/STJ 17/2013 E ART. 21-E DO RISTJ. COMPETÊNCIA DO PRESIDENTE DO STJ. PRECEDENTES DO STJ. DECISÃO SOBRE O PRIMEIRO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL. NÃO IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Os artigos 1º e 3º da Resolução/STJ 17, de 4/9/2013, e o artigo 21-E do RISTJ, incluído pela Emenda Regimental 24/2016, autorizam a Presidência desta Corte, antes da distribuição dos feitos, a não conhecer de recursos que não tiverem impugnado especificamente todos os fundamentos da decisão recorrida.

2. Para se viabilizar o conhecimento do agravo em recurso especial, é necessário que a parte agravante impugne especificamente todos os fundamentos da decisão de inadmissão, o que não ocorreu na hipótese em exame.

3. A ausência de impugnação específica, na petição de agravo em recurso especial, dos fundamentos da decisão que não admite o apelo especial atrai a aplicação do artigo 932, III, do Código de Processo Civil de 2015.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1.260.703/CE, Rel. Min. LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 11/9/2018, DJe 14/9/2018)

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DE TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA 182/STJ. ADEMAIS, OS AGENTES POLÍTICOS SE SUBMETEM À LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. AGRAVO REGIMENTAL DO IMPLICADO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO.

1. Pela leitura das razões recursais, constata-se que, o agravante não rebateu, como lhe competia, todos os fundamentos da decisão de inadmissibilidade do Recurso Especial, deixando de impugnar a incidência da Súmula 7 do STJ e ausência de cotejo analítico.

Superior Tribunal de Justiça

2. A parte agravante deve infirmar todos os fundamentos da decisão impugnada, autônomos ou não, mostrando-se inadmissível o recurso que não se insurge contra todos eles; incidência da Súmula 182 do STJ.

3. Ademais, e apenas por amor ao debate, registre-se que a jurisprudência desta Corte orienta que a ação de Improbidade Administrativa deve ser processada e julgada nas instâncias ordinárias, ainda que proposta contra pessoa com prerrogativa funcional. Nesse sentido: REsp. 1.138.173/RN, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 30.6.2015; REsp. 1.489.024/SP, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 11.12.2014; EDcl na AIA 45/AM, Rel. Min. LAURITA VAZ, DJe 28.5.2014; AgRg no AgRg na AIA 35/DF, Rel. Min. ARI PARGENDLER, DJe 10.2.2014).

4. Agravo Regimental do Implicado a que se nega seguimento.

(AgRg no AREsp 766.962/SP, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 4/9/2018, DJe 20/9/2018)

PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO QUE INADMITIU O RECURSO ESPECIAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182/STJ. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA. POSSIBILIDADE. ILEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO. INOCORRÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO. EXECUÇÃO ANTECIPADA DEFERIDA.

1. Não havendo impugnação específica acerca de todos os fundamentos da decisão que deixou de admitir o recurso especial, deve ser aplicado, por analogia, o teor da Súmula 182 deste Tribunal Superior. (AgRg nos EDcl no AREsp 803.840/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 13/06/2017, DJe 23/06/2017).

2. O Ministério Público estadual possui legitimidade ativa recursal nesta Corte, nos processos em que seja parte, conforme entendimento consolidado no EARESP 1.327.573/RJ.

3. O Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento de que é possível a execução provisória da pena, após prolatado o juízo condenatório por Tribunal de Apelação.

4. Agravo regimental improvido e deferida a execução provisória da pena.

(AgRg no AREsp 1.197.888/SC, Rel. Min. NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 14/8/2018, DJe 24/8/2018)

Destaco que esse posicionamento foi reafirmado recentemente pela Corte Especial no julgamento dos EARESPs 701.404/SC, 746.775/PR e 831.326/SP (DJe 30/11/2018). Na oportunidade, conforme o voto proferido pelo Min. Luis Felipe Salomão, definiu-se que a decisão que inadmite o recurso especial não é formada por diversos capítulos, mas um único dispositivo de inadmissão do recurso e que, sendo incindível, deve ser impugnada em sua integralidade.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, c/c o art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ, não conheço do agravo em recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 09 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator

